



19065385



08129.002244/2022-14



Ministério da Justiça e Segurança Pública  
Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos

**APOSTILA Nº 01/2022**

Termo de Apostilamento da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos (SENAD) ao Termo de Execução Descentralizada nº 02/2019 (10463115), Processo-SEI nº 08129.009235/2019-41, registrado no SIAFI sob o código 698861, celebrado entre a SENAD e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), com amparo no art. 116 da lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e no Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020.

**Objeto:** alteração no Plano de Trabalho referente ao Termo de Execução Descentralizada (TED) nº 2/2019 (10463115), conforme NOTA TÉCNICA Nº 23/2022/CdE/SENAD/MJ (17580214), cujo objeto é a execução de atividades de pesquisa aplicada em temas de políticas sobre drogas, no que se refere especificamente à redução da oferta de drogas e à gestão da Política Nacional de Drogas (PNAD), a seguir especificado.

**Alterações:** o presente instrumento tem por finalidade alterar o Plano de trabalho (10463051) nos seguintes tópicos: a) item 6, CAPACIDADE TÉCNICA PARA EXECUÇÃO DAS PESQUISAS, subitem 6.1, Responsável Geral; b) item 8, CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PRODUTOS; e c) item 15, CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO, à luz do Ofício nº 26/2022/PRESI/IPEA (17526791), relacionados abaixo, em conformidade ao Extrato de Termo Aditivo (18286919). Ademais, deve-se destacar que as alterações não implicam em mudanças nos demais itens e subitens do referido documento.

**1. Onde se lê no Plano de Trabalho:**

**6. CAPACIDADE TÉCNICA PARA EXECUÇÃO DAS PESQUISAS**

*6.1. Responsável Geral: Alexandre dos Santos Cunha, bacharel, mestre e doutor em Direito (Fundamentos da Experiência Jurídica) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com pós-doutorado em Estudos Interdisciplinares Latino-Americanos pela Universidade da República (Uruguai), é técnico de planejamento e pesquisa do Ipea desde 2009, onde exerce as funções de coordenador de estudos sobre Justiça, Direitos Humanos e Segurança Pública. Foi professor e pesquisador da Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, consultor do Banco Mundial e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, pesquisador visitante na Escola de Direito da Universidade dos Andes (Colômbia) e Diretor-Executivo da Rede Brasileira de Estudos Empíricos em Direito. É membro estrangeiro do Conselho Científico Assessor da Junta Nacional de Drogas do Uruguai e responsável brasileiro pelo Plano de Avaliação e Monitoramento dos Efeitos da Nova Política Uruguia de Regulação do Mercado de Cannabis sobre a Zona de Fronteira, pelo qual recebeu o prêmio da Associação Brasileira Multidisciplinar de Estudos sobre Drogas de melhor pesquisa realizada no ano de 2016.*

(...)

**Leia-se na apostila:**

**6. CAPACIDADE TÉCNICA PARA EXECUÇÃO DAS PESQUISAS**

*6.1. Responsável Geral: Bernardo Abreu de Medeiros, Doutor em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento pelo Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE/UFRJ), com períodos sanduíche no Latin American Centre da University of Oxford e no Instituto de Estudos Políticos de Paris (Sciences Po). Possui mestrado em Direito Constitucional e Teoria do Estado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), onde também se graduou em Direito. É Especialista em Argumentação Jurídica pela Universidade de Alicante (Espanha) e pós-graduado em Direito Processual Constitucional pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Tem experiência na área de Direito e Políticas Públicas, atuando nos temas Análise de Políticas Públicas, Métodos e Técnicas de Pesquisa Empírica em Direito e Análise Econômica do Direito. Foi chefe de Gabinete da Presidência do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), onde integra a carreira de Planejamento e Pesquisa desde 2009. Atualmente é pesquisador do IPEA no Rio de Janeiro e professor de cursos do Instituto de Direito da PUC-Rio.*

(...)

**2. Onde se lê no Plano de Trabalho:**

**8. CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PRODUTOS**

Produto	Entrega	Descrição
1	Terceiro mês de vigência	Relatório sintético referente ao planejamento detalhado do acompanhamento das pesquisas, incluindo os pormenores sobre as formas e meios de contato recíproco, propostas de: calendário detalhado e metodologia resumida de acompanhamento das pesquisas, bem como descrição dos processos de planejamento, seleção e treinamento das equipes técnicas de coleta de dados.
2	Sexto mês de vigência	Nota metodológica referente à execução da pesquisa analítica sobre despesas federais no âmbito da Política Nacional sobre Drogas, determinando o modo e a forma como a pesquisa será executada, englobando análise a partir das seguintes variáveis: a) estágios da execução orçamentária e financeira (empenho, liquidação e pagamento; inscrição e execução em Restos a Pagar); b) estrutura das programações orçamentária, física e financeira; e c) classificações da despesa por esfera orçamentária, institucional e funcional; d) estrutura programática; e) análise de execução do Plano Plurianual (PPA) e Relatórios de Gestão; f) análise da natureza de despesa detalhada; e g) destinações e localizadores.

3	Sexto mês de vigência	Nota metodológica referente à execução da pesquisa sobre peças judiciais de crimes previstos na Lei de Drogas, determinando o modo e a forma como a pesquisa nacional será executada, englobando análise a partir das seguintes variáveis: a) quanto ao processado, idade, sexo, cor, escolaridade, profissão e antecedentes criminais; b) quanto ao processo, local do fato, tipificação nas diferentes fases do processo, audiência de custódia e provas utilizadas na fundamentação da sentença; c) quanto à prova produzida, quantidades de droga apreendidas, provas técnicas e perfil das testemunhas; d) quanto a bens apreendidos, característica e destinação.
4	Sexto mês de vigência	Relatório de pesquisa estimando o montante de recursos orçamentários empenhados diretamente na execução de políticas sobre drogas, tanto pela União, quanto pelos estados e pelo Distrito Federal.
5	Décimo-segundo mês de vigência	Relatório de pesquisa referente ao “Perfil do processado e produção de provas nas ações criminais por tráfico de drogas” nos estados de AM, BA, PE, CE, MT, PA e GO.
6	Décimo-segundo mês de vigência	Relatório de pesquisa analisando o destino das ações orçamentárias em relação à literatura internacional sobre qualidade do gasto em políticas sobre drogas
7	Décimo-quarto mês de vigência	Relatório de pesquisa referente ao “Perfil do processado e produção de provas nas ações criminais por tráfico de drogas” na Justiça Federal (comum e militar) e nos estados do RJ e PR.
8	Décimo-sexto mês de vigência	Relatório de pesquisa referente ao “Perfil do processado e produção de provas nas ações criminais por tráfico de drogas” nos estados do AC, SE, PB, PI, MS, AP e TO.
9	Vigésimo mês de vigência	Relatório de pesquisa referente ao “Perfil do processado e produção de provas nas ações criminais por tráfico de drogas” no DF e em SP (justiça comum e militar), MG (justiça comum e militar), RS (justiça comum e militar), ES, SC, RR, AL, RN, MA e RO.
10	Vigésimo-quarto mês de vigência	Relatório analítico nacional referente ao “Perfil do processado e produção de provas nas ações criminais por tráfico de drogas”.
11	Vigésimo-quarto mês de vigência	Evento de difusão do conhecimento produzido pelas pesquisas.
12	Trigésimo mês de vigência	Relatório final de atividades, de caráter sintético e avaliativo de todo o projeto.

(...)

Leia-se na apostila:

#### 8. CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PRODUTOS

Produto	Entrega	Descrição
1	Terceiro mês de vigência	Relatório sintético referente ao planejamento detalhado do acompanhamento das pesquisas, incluindo os pormenores sobre as formas e meios de contato recíproco, propostas de: calendário detalhado e metodologia resumida de acompanhamento das pesquisas, bem como descrição dos processos de planejamento, seleção e treinamento das equipes técnicas de coleta de dados.
2	Sexto mês de vigência	Nota metodológica referente à execução da pesquisa analítica sobre despesas federais no âmbito da Política Nacional sobre Drogas, determinando o modo e a forma como a pesquisa será executada, englobando análise a partir das seguintes variáveis: a) estágios da execução orçamentária e financeira (empenho, liquidação e pagamento; inscrição e execução em Restos a Pagar); b) estrutura das programações orçamentária, física e financeira; e c) classificações da despesa por esfera orçamentária, institucional e funcional; d) estrutura programática; e) análise de execução do Plano Plurianual (PPA) e Relatórios de Gestão; f) análise da natureza de despesa detalhada; e g) destinações e localizadores.
3	Sexto mês de vigência	Nota metodológica referente à execução da pesquisa sobre peças judiciais de crimes previstos na Lei de Drogas, determinando o modo e a forma como a pesquisa nacional será executada, englobando análise a partir das seguintes variáveis: a) quanto ao processado, idade, sexo, cor, escolaridade, profissão e antecedentes criminais; b) quanto ao processo, local do fato, tipificação nas diferentes fases do processo, audiência de custódia e provas utilizadas na fundamentação da sentença; c) quanto à prova produzida, quantidades de droga apreendidas, provas técnicas e perfil das testemunhas; d) quanto a bens apreendidos, característica e destinação.
4	Sexto mês	Relatório de pesquisa estimando o montante de recursos orçamentários empenhados diretamente na execução de

	de vigência	políticas sobre drogas, tanto pela União, quanto pelos estados e pelo Distrito Federal.
5	Décimo segundo mês de vigência	Relatório de pesquisa analisando o destino das ações orçamentárias em relação à literatura internacional sobre qualidade do gasto em políticas sobre drogas
6	Vigésimo quarto mês de vigência	Relatório de pesquisa referente ao “Perfil do processado e produção de provas nas ações criminais por tráfico de drogas” nos estados de AL, CE e SE.
7	Vigésimo sexto mês de vigência	Relatório de pesquisa referente ao “Perfil do processado e produção de provas nas ações criminais por tráfico de drogas” nos estados de AP, GO, MT e SC; e na Justiça Federal e Estadual (militar).
8	Vigésimo sétimo mês de vigência	Relatório de pesquisa referente ao “Perfil do processado e produção de provas nas ações criminais por tráfico de drogas” nos estados de TO.
9	Vigésimo oitavo mês de vigência	Relatório de pesquisa referente ao “Perfil do processado e produção de provas nas ações criminais por tráfico de drogas” nos estados de AM, PE e RR.
10	Vigésimo nono mês de vigência	Relatório de pesquisa referente ao “Perfil do processado e produção de provas nas ações criminais por tráfico de drogas” no estado de MS.
11	Trigésimo mês de vigência	Relatório de pesquisa referente ao “Perfil do processado e produção de provas nas ações criminais por tráfico de drogas” nos estados do AC, ES, RJ, RS e SP.
12	Trigésimo primeiro mês de vigência	Relatório de pesquisa referente ao “Perfil do processado e produção de provas nas ações criminais por tráfico de drogas” nos estados de BA, MA, MG, PA, PB, PI, PR, RN, RO e no DF.
13	Trigésimo segundo mês de vigência	Relatório de pesquisa referente ao “Perfil do processado e produção de provas nas ações criminais por tráfico de drogas” dos Tribunais Regionais Federais.
14	Trigésimo quarto mês de vigência	Relatório analítico nacional referente ao “Perfil do processado e produção de provas nas ações criminais por tráfico de drogas”.
15	Trigésimo sexto mês de vigência	Evento de difusão do conhecimento produzido pelas pesquisas.
16	Trigésimo sexto mês de vigência	Relatório final de atividades, de caráter sintético e avaliativo de todo o projeto.

**3. Onde se lê no Plano de Trabalho:**

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]